

## MODELO 1 – PREGÃO/ CONCORRÊNCIA

À(o) Senhor(a),

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

<b>Processo:</b> 2026.0000.000000000-0
<b>Órgão:</b> xxx
<b>Objeto da Análise:</b> xxxxx
<b>Fundamentação Legal:</b> xxxxx
<b>Elaborado por:</b> xxxxxx

### I. INTRODUÇÃO

De acordo às atribuições esculpidas pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 74, a Lei Complementar 101/2000, reproduzidas no Art. 20, da Lei Municipal 085/2025, a Controladoria Geral do Município - CGM, tem por competência desempenhar o controle interno da Administração Pública Municipal do Poder Executivo, exercendo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, visando à salvaguarda dos bens; verificar a exatidão e regularidade das contas e a boa execução do orçamento; realizar o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município; apoiar o órgão de controle externo no desempenho de sua missão institucional; consolidar os planos de trabalho para a realização de auditorias internas; verificar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal, conforme previsão da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como zelar pelo seu cumprimento no âmbito da Administração Pública Municipal; executar outras atividades correlatas ou do âmbito de sua competência, e as que lhe forem regularmente conferidas ou determinadas.

Este parecer tem como objetivo avaliar o processo licitatório nº **2025.0006.000001519-2**, recebido via Ofício xx/xxxx - [sec. Demandante], referente à contratação de [descrever o objeto da licitação], a fim de assegurar que as normas de controle interno e a legislação vigente sejam respeitadas.

### II. ANÁLISE DO PROCESSO LICITATÓRIO

O presente feito administrativo fora regulamentado após autorização expressa da autoridade competente, visando a formalização de processo licitatório, através de *Pregão ou Concorrência Eletrônica*. A demanda processual obedece aos ditames da Lei 14.133/21, juntamente com a regulamentação municipal vigente.

No que tange o caso sob exame é válido informar que, o processo trata-se da aquisição de *[Informar o objeto da demanda, juntamente com os elementos técnicos e particularidades que compõem o processo.]*.

## **1. Documentação Apresentada**

*Destacar à documentação enviada pelo órgão demandante,*

*(texto para parecer)*

O processo encontra-se instruído com rol de documentos de elaboração do certame, fundamentada no Art. 18, da lei 14.133/21, limitando-se a fase interna, descrita como fase preparatória, devidamente contidos o PCA xxx, formalizado através do art. 12, VII da lei 14.133/21 sendo regido pelo decreto municipal 377/2023 e a IN 01 e 02/2024 PGM/CGM, sendo designada à apreciação da Controladoria Geral do Município, sob o âmbito da legalidade, visando respeitar os princípios vinculados as boas práticas da Administração Pública, os seguintes documentos:

Nos autos do processo constam:

## **2. Análise do DFD**

*Analisar se a demanda condiz com a realidade do órgão;*

*Em caso de itens de consumo analisar se tem o item no relatório do almoxarifado,*

*Analisar se o item consta no PCA atualizado*

*(texto para parecer)*

Destaca-se que a despesa em apreço, tem suas informações devidamente contidas no DFD *informar a numeração do DFD*, requisitado pelo setor xxx, justificado pela *informar os fatos que motivam a necessidade do processo em tela*, que tem por objeto xxx, gerando processo de prioridade *indicar a prioridade informada no DFD*.

É importante informar que a demanda sob análise consta corretamente inserida no PCA 2026, cadastrada de forma prévia no portal de compras do município, com aprovação da autoridade correspondente.

### **3. Estudo Técnico Preliminar – ETP**

*Verificar os elementos que compõem o documento*

*Deve ser apresentado o problema e as devidas soluções para este*

*Analisar a justificativa apresentada para a escolha da solução, e se esta exemplifica todas as nuances do processo.*

Conforme preconiza o art. 18, §1º da Lei 14.133/21 e o Decreto Municipal 145/2023, o ETP surge como documento inicial do planejamento de uma demanda da administração, trazendo consigo o objetivo de promover maior transparência e eficiência nos gastos públicos.

Tendo em vista o documento apresentado, o ETP xxx/xxxx, elaborado por xxx, servidor municipal da xxx, foi redigido em conformidade com as diretrizes legais aplicáveis, evidenciando a necessidade da demanda em razão de xxx *informar de forma sucinta e resumida a justificativa apresentada no ETP*, trazendo análise de risco (art. 18, X, da lei 14133/21) para o objeto já mencionado. O referido documento aponta como solução mais adequada para a problemática identificada a xxx, contemplando, ainda, a análise de outras xx hipóteses, as quais foram devidamente avaliadas e posteriormente descartadas pelo setor competente.

*Nos casos onde for dispensada a exigência de elaboração do ETP.*

De acordo com a documentação apresentada, fica dispensada a elaboração do estudo técnico preliminar, bem como do mapa de matriz de risco, não enquadrando-se nos critérios elencados no Decreto Municipal 145/2024, que versa acerca da confecção do ETP, por motivos de xxx *vide art. 4º, do Decreto 145/2024.*

O documento sob análise foi elaborado por xxx, servidor municipal da xxx, exercendo a função/cargo xxx.

### **4. Termo de Referência/Projeto Básico**

*Avaliação da clareza e objetividade do objeto a ser licitado/contratado/adquirido .*

*Conformidade com os princípios da publicidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.*

O termo de referência/projeto básico, traz as bases que norteiam a contratação prevista, respeitando os princípios de publicidade, isonomia e vantajosidade.

No que tange as informações elencadas neste termo, é importante destacar que a demanda trata-se do objeto xxx, justificando sua necessidade por xxx, sendo formalizado na modalidade de licitação xxx, visando o período de execução de xxx, mediante a formalização de contrato ou documentação correspondente, apresentando quantitativos verificados; o pagamento será realizado após 30 dias levando em conta a emissão da nota fiscal; o setor responsável deve designar servidores para exercerem a função de gestor e fiscal do contrato.

## **5. Da Composição do Valor de Referência.**

*Verificação da forma de pesquisa de mercado e informar a qual fonte utilizada,*

*Informar a dotação e se ela é indicada*

*Informar se tem saldo orçamentário para cobertura contratual*

*Verificar se é exequível e informar*

De acordo com o analisado, o processo em tela realizou a composição de preço, mediante pesquisa em *[indicar modo de pesquisa de mercado realizada (fornecedores, preços de sites especializados, banco de preço, etc), informando o critério utilizado (menor preço, média ou mediana)]*

Desta forma ressalta-se que o dispêndio estimado pela secretaria demandante recaído sob o processo em despesa perfaz o montante de referência de R\$ *[valor de referência através da média]*, sendo executada a partir da homologação/adjudicação do pleito licitatório.

### **5.1 Da Adequação Orçamentária e Financeira.**

*Verificar se os dados informados pela secretaria estão de acordo com a execução orçamentária, se são cabíveis para os elementos designados e se suas fontes pagadoras podem ser utilizadas no processo.*

Como versa o art. 7º,§1º, da lei 14.133/21, ao tratar acerca da disponibilidade orçamentária como pressuposto para execução da demanda pública, através da emissão de nota de empenho.

A despesa em apresso traz a utilização das fontes de recurso *[informar as fontes de recurso utilizadas]* denotando a conformidade da aplicação das mesmas na despesa em tela, sendo executada a seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária:

Ação:

Elemento de Despesa:

Fonte de Recurso:

Valor da Global:

Valor a ser Reservado:

De acordo com o que versa o Princípio da Anualidade Orçamentária, sendo facultativo a máquina administrativa se valer do saldo demonstrado, através da peça de Impacto Orçamentário, para executar por empenho o equivalente ao dispêndio do ano orçamentário corrente

Finda-se em informar que o valor de referência para o procedimento licitatório no ano de 202x é o proporcional a xxxx, a ser comprovado pela emissão de Nota de Reserva de Dotação, de competência da Controladoria Geral do Município.

## **6. Da Publicação**

No que concerne à importância da publicidade dos atos da administração pública de acordo com a legislação vigente, a Lei 14.133/21 destaca a necessidade da divulgação das informações visando a priorização da transparência das contratações públicas,

Para os atos da administração terem sua eficácia propriamente comprovada, devem realizar sua publicação no PNCP e sítios eletrônicos próprios de vinculação direta ao PNCP.

O Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sitio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela Lei 14.133/21, desempenhando assim um papel de extrema importância na promoção da transparência e na facilitação do acesso à população.

## **III. RECOMENDAÇÕES**

1. Conforme a Nota Técnica CGM - São Cristóvão 02/2025, os atos dessa contratação devem ser publicados tanto no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) quanto no Portal da Transparência do Município. Essa medida garante maior publicidade, controle social e atendimento à legislação vigente sobre transparência na gestão pública.

2. O Fiscal previamente designado ou funcionário responsável pela supervisão da prestação do serviço deverá apresentar à respectiva Diretoria, relatório atestando a regularidade da prestação das obrigações por conta do contratado, bem como informar ocorrências porventura havidas e que possam caracterizar descumprimento contratual.

3. Recomenda-se que o processo seja submetido à apreciação da Procuradoria Geral do Município e ao CRAFI, onde deverá ser atestada sua viabilidade jurídica e financeira.

4. Outrossim, é importante destacar que em conformidade ao Ofício Circular 377/2025 CGM/PGM, recomenda-se a submissão de análise prévia do CRAFI, nos casos pertinentes, tendo como referência de valor financeiro total superior a 3.000 (três mil) UFM (Unidade Fiscal do Município). Para conhecimento, identifica-se que 1 UFM equivale a R\$ 6,81, trazendo portanto o montante de R\$ 20.430,00, respeitando assim o que versa o Decreto 594/2025

#### **IV. CONCLUSÃO**

Com base na análise realizada, conclui-se que o processo n° [número do processo] está [apropriado/ inadequado] em relação às normativas de controle interno e legislação pertinente.

Caso existam irregularidades, recomenda-se [sugerir ações corretivas, se necessário].

Atenciosamente:

**Maria Lucimara dos Santos Souza**

Controladora Geral do Município.